

NOTAS SOBRE A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Lívia Maria Ferreira da Silva

Universidade Federal de Campina Grande
liviamaiafr@hotmail.com

Resumo:

Reconhecendo a importância da avaliação de políticas públicas como um importante instrumento de gestão, este trabalho propõe uma breve discussão sobre como se desenvolveu ao longo do tempo a avaliação de políticas públicas educacionais no Brasil. Sabendo que ao se analisar uma política pública pode-se examinar a inter-relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos da política, este trabalho teve como objetivo fazer uma breve explanação sobre como tem se consolidado o tema da avaliação de políticas públicas educacionais no Brasil nas últimas décadas. Para tanto, nos apoiamos em uma pesquisa bibliográfica, onde a partir de uma revisão da literatura que versa sobre o tema se buscou um melhor entendimento sobre como se deu a prática da avaliação de políticas e programas educacionais no Brasil nos últimos anos. Concluindo-se que o campo de avaliação de políticas educacionais tem se fortalecido ao longo do tempo no Brasil, sendo esta uma esfera de estudos ainda em expansão. No entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido no sentido de aprimorar mecanismos e metodologias para elevação da confiabilidade dos resultados das avaliações, a partir de uma compreensão do contexto social, político e econômico que envolve a educação brasileira.

Palavras-chave: Avaliação como Instrumento de Gestão, Avaliação de Políticas Públicas Educacionais, Contexto Social da Educação Brasileira.

1. INTRODUÇÃO

Reconhecendo a importância da avaliação de políticas públicas como um importante instrumento de gestão e a necessidade dos estudos neste campo do conhecimento para o futuro educacional do país, este trabalho propõe uma breve discussão sobre como se desenvolveu ao longo do tempo a avaliação de políticas públicas educacionais no Brasil. A partir da abordagem da literatura que versa sobre o tema observou-se que nas últimas décadas o Brasil tem demonstrado um grande esforço na produção de indicadores para a avaliação de suas políticas educacionais e que, apesar das limitações, tem se caminhado positivamente neste sentido.

Movido por acordos multilaterais e pautado em uma visão de que não há como se enfrentar os desafios do mundo globalizado e economicamente competitivo sem uma atenção focada para a melhora da qualidade da educação, o Brasil tem investido na avaliação de políticas e programas educacionais buscando preparar a população para o enfrentamento desta

nova realidade econômica. No entanto, este caminho é muito complexo e muito ainda há para se avançar.

Este trabalho teve como objetivo principal fazer uma breve explanação sobre como tem se consolidado o tema da avaliação de políticas públicas educacionais no Brasil nas últimas décadas. Desta forma, aponta-se como objetivos específicos: a busca de uma melhor compreensão de como se dão as avaliações de políticas educacionais no Brasil, e a contribuição para o fortalecimento de estudos voltados para o tema. Neste sentido, em um primeiro momento faz-se uma breve apresentação do que são políticas públicas e quais são seus ciclos, sem seguida considera-se como a campo de políticas públicas surgiu no Brasil, e por fim se produz uma breve discussão sobre como se desenvolveu ao longo do tempo o aspecto da avaliação de políticas públicas educacionais no Brasil.

Concluindo-se que o campo de avaliação de políticas e programas educacionais tem se fortalecido ao longo do tempo no Brasil, sendo esta uma esfera de estudos ainda em expansão. No entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido no sentido de aprimorar os mecanismos e metodologias para elevação da confiabilidade dos resultados das avaliações, a partir de uma compreensão do contexto social, político e econômico que envolve a educação brasileira.

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo nos apoiamos em uma metodologia qualitativa a partir de pesquisa bibliográfica, onde buscou-se, através de uma consistente revisão da literatura nacional e internacional que versa sobre o tema, um melhor entendimento sobre como se deu ao longo do tempo a prática da avaliação de políticas e programas educacionais no Brasil, compreendendo suas características, processos e metodologias.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS CICLOS

A política pública é uma subárea da Ciência Política e surge como disciplina acadêmica nos Estados Unidos (EUA) que começa a se instituir já nos anos 1950, dando ênfase aos estudos sobre a ação do governo sob o rótulo de *policy science*, porém, tais estudos não estabeleciam relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, rompendo com a tradição europeia de estudos e pesquisas neste campo do conhecimento, que se concentrava

muito mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos (SOUZA, 2006).

Existem várias definições sobre o que seja política pública. As definições mais populares são a de Lasswell (1936), para quem decisões e análises sobre políticas públicas implicam responder as questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz; Thomas Dye (1972), que oferece uma definição sucinta em que descreve a política pública como tudo o que um governo decide fazer ou deixar de fazer; e por fim, Lowi (1994), para quem a política pública refere-se à interpenetração entre governo liberal e sociedade, uma relação complexa que este autor classifica em quatro diferentes tipos: políticas regulatórias, políticas distributivas, políticas redistributivas e políticas constitutivas.

Desta forma, podemos observar que a definição do que seja política pública é diversa e, dentro desta multiplicidade, sugere-se a compreensão de que a construção e desenvolvimento de uma política pública refere-se fundamentalmente aos atores cercados por restrições, que tentam conciliar objetivos políticos com meios políticos, em um processo que foi identificado por Howlett *et al.* (2013) como uma “resolução aplicada de problemas”. Para este autor, distinguir os problemas e aplicar as soluções encontradas envolve a articulação de objetivos políticos por meio de deliberações e discurso e ainda usar instrumentos políticos com o intuito de alcançar tais objetivos.

Historicamente, a literatura especializada aborda a *policy* a partir de ciclos, sendo este um dos meios mais comuns de simplificá-la para fins analíticos. Compreender a política pública a partir de ciclos é pensá-la como um conjunto de estágios inter-relacionados através dos quais os temas políticos e as deliberações decorrem de uma forma mais ou menos sequencial desde os problemas até as políticas propriamente ditas. Esse modelo compreende a política pública em termos essencialmente pragmáticos, iniciando pela percepção e definição do problema, posteriormente a elaboração de programas e decisão de forma a intervir, seguido pela execução ou implementação e, por último, avaliação da política e eventual correção da ação (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

Kingdon (2003) define as primeiras etapas na construção de uma política pública (*policy*) como estágios pré-decisórios que são a montagem da agenda-*setting* e a formulação da política (*policy formulation*). A montagem da agenda-*setting* refere-se à forma como os problemas são ou não identificados enquanto alvo de atenção por parte do governo. É uma importante etapa da política pública, pois o que acontece nessa fase inicial tem um impacto decisivo em todo o processo político e seus resultados. Fundamentalmente, a identificação do problema e montagem da agenda-*setting* diz respeito ao reconhecimento de que algum

assunto é uma questão que requer mais atenção por parte do governo. Porém, a definição de alguma questão como problema não garante que este seja abordado, ou resolvido, por alguma atividade adicional do governo, significa apenas que este foi isoladamente destacado, dentre a grande quantidade de problemas que existem numa sociedade, e considerado pelo governo em determinado momento histórico (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

No segundo estágio do ciclo político, a implementação da política, as opções que foram debatidas e examinadas em etapas precedentes são aprovadas ou não como curso oficial de ação (BREWER; DELEON, 1983). Nesta fase, o esforço, os conhecimentos e os recursos empregados para traduzir as decisões políticas em ação são colocados em prática. Neste contexto, enquanto a maioria das decisões políticas identifica os meios para perseguir seus objetivos, as escolhas subsequentes têm de alcançar resultados. Sendo assim, para que uma política funcione, há que se fazer uma revisão orçamentária, designar pessoas e desenvolver regras de como proceder. A implementação política geralmente depende de servidores públicos e de funcionários administrativos para estabelecer e gerenciar as ações necessárias, além de atores não governamentais que fazem parte do subsistema político-administrativo e que também podem participar nas atividades de implementação. Em geral, diversos órgãos burocráticos, em diferentes níveis de governo, estão envolvidos na implementação de uma política, além de, frequentemente, ser um esforço de muitos anos, trazendo o desafio de um financiamento que, na maior parte das vezes, é escasso e pode não ser contínuo e nem permanente, mas pelo contrário, exige negociação e discussões contínuas no interior e entre as divisões políticas e administrativas do Estado. Tais características demonstram a complexidade do processo de implementação e a tornam ainda menos uma questão apenas técnica (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

Já o terceiro estágio, a avaliação da política pública, foco do nosso estudo, pode abarcar todas as suas etapas, podendo focar nas variáveis que influenciaram para a escolha dos problemas e nos mecanismos que interferiram no seu desenho, sua execução e seu impacto em relação ao nível de resolutividade do problema para que a mesma fora planejada e executada, trata-se, portanto, de averiguar os déficits, impactos e efeitos colaterais indesejados para poder reduzir consequências para ações e programas futuros. A avaliação pode, no caso de os objetivos do programa terem sido alcançados, levar à suspensão ou ao fim do ciclo político ou, caso contrário, à iniciação de um novo ciclo, isto é, ao início de uma nova fase de percepção, definição e elaboração de um novo programa político ou à modificação do programa anterior. Desta forma, pode-se perceber que a fase da avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e adaptação contínua do aparato institucional, contribuindo assim,

com a experiência da aprendizagem nos processos que envolvem a política pública (FREY, 2000).

Contudo, deve-se sempre lembrar que avaliar é atribuir um valor ou julgamento sobre o significado e efeito da política pública implementada e, sendo assim, a avaliação de políticas públicas consiste em atribuir valor às políticas, as suas consequências, ao aparato institucional em que elas se dão e aos próprios atos de pretender modificar o conteúdo destas políticas. Para tanto, se faz necessário estabelecer critérios de avaliação que nos permitam afirmar porque uma política é preferível a outra, assim, por envolver sempre uma relação entre critérios políticos e alguma concepção de benefício direcionado aos indivíduos e as prioridades a serem observadas entre eles, o ato de avaliar uma política ou programa sempre terá um caráter complexo e controverso (FIGUEIREDO; FIGEIREDO, 1986).

A avaliação é uma das etapas da política pública, que além de ser um importante instrumento de gestão permite o exercício de um fundamental direito democrático: o controle sobre as ações de governo (ARRETCHÉ, 1998).

Para Arretche (1998) ainda que a análise de uma dada política pública possa atribuir a um determinado desenho institucional alguns resultados prováveis, somente a avaliação desta política poderá atribuir uma relação de causalidade entre um programa x e um resultado y . Desta forma, somente a avaliação de programas efetivamente implementados poderá estabelecer uma relação causal entre uma determinada modalidade de política pública e o sucesso ou fracasso na realização de seus propósitos, ou ainda entre esta política e um dado resultado ou impacto sobre a situação social prévia à sua implementação (ARRETCHÉ, 1998).

4. POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

No Brasil, os primeiros estudos no campo de políticas públicas surgiram nas décadas de 1970 e 1980 e foi enfatizada a análise das estruturas e instituições ou a caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas, primordialmente, com respeito a seus efeitos (FREY, 2000).

Para Howlett *et al.* (2013), o Brasil é um dos países que se destacou nas últimas décadas por seguir políticas de promoção do crescimento com equidade, beneficiando grande parte da população, porém, embora seja uma conquista, ainda resta muito a se fazer. Neste sentido, é necessário investir na promoção e avaliação de políticas públicas com destaque para políticas educacionais, pois estas são capazes de gerar efetivamente impacto positivo na

qualidade de vida da população, melhorando a compreensão dos processos que a envolvem, gerando avanços no campo social, além de uma máquina estatal mais eficaz.

Frey (2000) destaca a importância da observância do contexto e da realidade brasileira no âmbito da avaliação das políticas públicas, pois é sempre necessária uma adaptação dos modelos de análise já consolidados às peculiaridades da situação política e institucional do país. De acordo com o autor, em contraposição aos países institucionalmente e politicamente consolidados, os governos brasileiros devem ser considerados bem menos resultado da orientação ideológico-programática da população ou dos partidos do que uma consequência de características pessoais peculiares. Composta por reviravoltas políticas radicais, tão comuns na política brasileira, esse comportamento da gestão pública diz respeito não apenas à definição de prioridades técnicas e materiais, mas frequentemente também as formas de cooperação e de participação como também à maneira de colaboração e de regulação de conflitos entre o executivo, legislativo e sociedade civil (FREY, 2000).

No Brasil, estudos sobre a temática da avaliação de política pública foram produzidos já nas décadas de 1980 e 1990. Destacando-se dentre os países em desenvolvimento, os estudos brasileiros foram orientados pelas reformas do Estado, assumindo uma agenda voltada para o ajuste fiscal a partir de um modelo de gestão gerencial. No entanto, a relevância dada ao tema a partir da década de 1990 foi motivada, fundamentalmente, em decorrência da situação de dependência do país frente às agências financiadoras internacionais como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que passaram a exigir, com rigorosidade de critérios, a elaboração de sistemas de monitoramento de avaliação dos projetos por eles financiados. Neste contexto, destacam-se a abordagem gerencialista e uma concepção instrumental de avaliação, cuja função era medir, acompanhar e avaliar o êxito das reformas administrativas.¹ Isto se deveu ao caráter eminentemente político do projeto de modernização do Estado vinculado ao modelo gerencialista que se desejava implantar onde o monitoramento e avaliação de políticas ocuparam um papel de destaque (RODRIGUES, 2008).

De acordo com Frey (2000), no que concerne a análise e avaliação de políticas públicas no Brasil, pesquisadores precisam levar em consideração não apenas a tendência de

¹ O paradigma gerencialista, emergiu no fim da década de 1960 e início da década de 1970, no contexto da reforma do Estado como modo de enfrentar a crise fiscal. A estratégia era reduzir os custos e tornar mais eficiente a gestão pública dos serviços que cabiam ao Estado, além de servir como instrumento de proteção do patrimônio público contra a corrupção e os interesses *rente-seeking*. Em síntese, a administração pública gerencial é orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados; pressupõe que os políticos e os funcionários públicos são merecedores de grau limitado de confiança e utiliza como estratégia a descentralização e o incentivo à criatividade e à inovação, além de utilizar o contrato de gestão como instrumento de controle dos gestores públicos (PEREIRA, 2001).

uma crescente fragmentação e setorização do processo político, mas acima de tudo a interferência de padrões peculiares de comportamento político relacionados a cultura brasileira como o clientelismo, a corrupção, o populismo ou o patrimonialismo que eventualmente exercem uma influência maior na definição das políticas públicas do que as instituições formais. Podendo alterar de forma significativa os resultados dos processos político-administrativos na realidade complexa a ser estudada.

5. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

De acordo com Mainardes (2006), de maneira geral, a literatura brasileira voltada ao tema das políticas educacionais comporta dois grupos distintos: o primeiro relacionado a estudos de natureza teórica sobre questões mais amplas e abrangentes do processo de formulação de políticas, contemplando discussões sobre mudanças no papel do Estado, rede de influências no processo de formulação de políticas, abordagens históricas das políticas educacionais brasileiras, entre outros aspectos, e o segundo aborda fundamentalmente a análise e avaliação de programas e políticas educacionais implementados considerando as causas e efeitos de seus sucessos e fracassos visando ao aperfeiçoamento e aprendizagem política.

Desde o final da década de 1980 diversas reformas educacionais ocorreram em todo o mundo. Tais reformas introduziram mudanças profundas e complexas em diversas dimensões do sistema educacional, a exemplo das prioridades educacionais, as formas de financiamento, o currículo, a avaliação educacional e o fato de colocar em pauta prioridades de atores como o Banco Mundial e setores empresariais. Essas mudanças enfatizaram tensões já existentes entre os interesses empresariais e as propostas de universalização da educação de qualidade (BONAMINO; FRANCO, 2009).

Tais reformas do sistema educacional se deram pela intensificação de iniciativas por parte de atores internacionais para inserir políticas educacionais nas prioridades de ação do governo de âmbito nacional. Neste sentido, acordos multilaterais foram assinados, inclusive, por parte do Brasil (VIEIRA, 2001).

No Brasil, essas reformas se deram apenas na década de 1980 e início da década de 1990 orientadas, sobretudo, no sentido de preparar o país para os desafios pós-abertura comercial e o aumento das relações multilaterais ocorridas no contexto do processo de globalização. Neste sentido, uma das principais preocupações era, e ainda é, a baixa qualidade educacional, pois a educação havia se tornado o ponto de maior destaque e importância no

processo de modernização num mundo que percebia novos padrões de competitividade (DOURADO, 2007; NAIDER FILHO, 2008).

Os estudos na área de avaliação de políticas educacionais no Brasil são produzidos com base na reflexão sobre as metodologias e resultados das pesquisas sobre educação que se tornaram, nos últimos anos, uma arena de acirrados conflitos e interesses com uma política de grandes orçamentos – do governo federal, dos estados e dos municípios – para atender, teoricamente, todas as crianças e jovens do país (PEREZ, 2010).

Desta forma, a literatura especializada destaca que ainda há uma forte tendência a se investir em modelos educacionais ou abordagens não testadas cientificamente gerando, muitas vezes, expectativas excessivas de impactos na aprendizagem enquanto medidas simples e de custo baixo, como o cumprimento da carga horária do ano letivo geram, por vezes, grandes impactos positivos (SCHIEFELBEIN; WOLFF; SCHIEFELBEIN, 1998).

Nas últimas décadas percebeu-se uma crescente preocupação do Brasil em acompanhar e avaliar suas políticas educacionais em consequência dos aspectos acima referenciados. Para isto, desde 1988 iniciativas vêm sendo tomadas, a exemplo da implantação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que desenvolvem instrumentos de avaliação através da coleta de dados e construção de indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) que avalia a qualidade do ensino superior e a Fundação de Coordenação e Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, através de um conjunto de critérios e indicadores², monitora permanentemente os cursos de pós-graduação, sendo todos estes instrumentos de avaliação desenvolvidos com objetivo de acompanhar as políticas educacionais implementadas. Tais avaliações são baseadas nos acordos multilaterais que foram firmados entre o Brasil e diversas agências e organismos internacionais visando a captação de recursos para a promoção, monitoramento e avaliação de políticas públicas. No entanto, muitas críticas são tecidas por diversos autores sobre o modo de avaliação baseada na utilização de indicadores e dispositivos de avaliação (HOLANDA, 2003; BONAMINO; FRANCO, 1999).

² Indicadores são instrumentos metodológicos que servem para compreender a realidade. Estes são medidas que dizem algo a respeito de um objeto, fenômeno ou conceito, permitindo a mensuração formal da realidade (JUNIOR; MELO, 2013).

Neste sentido, a literatura especializada tem discutido o papel de organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Mundial, no processo de reorganização do capitalismo e, particularmente, sua influência nas políticas educacionais brasileiras. Os acordos estabelecidos entre o Brasil e essas organizações internacionais tornaram-se comuns nas últimas décadas e deram novas feições à construção e execução de políticas educacionais via programas de estabilização monetária, ajuste estrutural, reformulação do papel do Estado e redesenho das políticas públicas. Conseqüentemente, as últimas décadas têm sido marcadas pelo desenvolvimento de vários mecanismos de avaliação nas agências governamentais, bem como por um elevado índice de encomenda de avaliações externas por parte dos governos e é neste contexto que o interesse pela avaliação de políticas educacionais brasileiras foi desenvolvido e, dentro deste cenário, diversos autores têm assumido posicionamentos críticos em relação à influência dessas organizações internacionais no modo de avaliar políticas educacionais no Brasil (SOUZA, 2013).

Autores como Lauglo (1997), Torres (1996) e Coraggio (1996), criticam instituições como o Banco Mundial e argumentam que organizações internacionais como essa direcionam suas avaliações fundamentalmente para a face técnica da instituição educacional, privilegiando o aspecto gerencial da educação demonstrando, assim, por parte das instituições financeiras, um esvaziamento da dimensão social da cidadania.

Segundo Afonso (2005) *apud* Souza (2009), o que se vê no Brasil, assim como na maioria dos países hoje, é que se dá ênfase à avaliação dos resultados (e produtos) e, conseqüentemente, dando-se menos valor à avaliação dos processos, como é o caso dos exames nacionais acima citados.

Assim sendo, como destaca Souza (2009), é inegável a necessidade de indicadores, números e parâmetros para a avaliação de políticas públicas. Mas esta é apenas uma face da avaliação que pode de ser ou não a face predominante. Neste sentido, para Mainardes (2006), a avaliação de políticas educacionais deve sempre considerar uma multiplicidade de aspectos como: os dados e indicadores produzidos quantitativamente; a estrutura social; o contexto econômico, político e social no qual as políticas são formuladas; as forças políticas e a rede de influências que atuam no processo de formulação de políticas e de tomada de decisões nas diferentes esferas; a influência de agências multilaterais e a influência de indivíduos, grupos e

redes políticas. Esses aspectos têm o poder de alterar o processo de implantação e desenvolvimento das políticas educacionais bem como os demais tipos de políticas (LINGARD; OZGA, 2007; BALL, 1994). Assim, constata-se que uma avaliação de política pública educacional, para ser mais útil e contribuir com o bem-estar de seu público alvo, deve considerar aspectos do contexto social, político e econômico do objeto avaliado e da realidade do país.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir como se desenvolvem os processos da formação das políticas públicas é fundamental para compreender a dinâmica da ação estatal e da formação dos processos político-administrativos de um país. Tal compreensão faz-se necessária, uma vez que as políticas públicas são algo muito importante e que pode influir diretamente na vida da população.

Sendo assim, segundo Holanda (2003), o campo de estudos acerca da avaliação do impacto de políticas educacionais no Brasil é um campo ainda em expansão. Apesar de haver uma grande variedade de conceitos e abordagens em relação ao que se entende por acompanhamento e avaliação, não existe no país uma tradição sistemática e consolidada em se avaliar os efeitos de recursos implementados para se resolver demandas o que, em grande medida, contribui para a falta de sucesso dos gestores públicos em suas ações em termos de políticas públicas.

Compreendendo a importância do tema da avaliação de políticas públicas educacionais, este trabalho buscou contribuir minimamente para o fortalecimento dos estudos referentes a esta área, por considerar este um campo de estudos fundamental na realidade da política educacional brasileira. Concluindo-se que o campo de avaliação de políticas e programas educacionais tem se fortalecido ao longo do tempo no Brasil, sendo esta um esfera de estudos ainda em expansão, no entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido no sentido de aprimorar os mecanismos e metodologias de avaliação para elevação da qualidade e rigor científico dos resultados de tais avaliações, a partir de uma compreensão do contexto social, político e econômico que envolve a educação brasileira.

REFERÊNCIAS:

ARRETCHE, Tendências no Estudo Sobre Avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). *Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate*. São Paulo, Cortez, 1998.

BALL, S. J. Education reform: a critical and post structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.

BONAMINO, Alícia; FRANCO, Creso. Avaliação e Política Educacional: o processo de institucionalização do SAEB. *Cadernos de Pesquisa*, nº 108, nov. 1999, p. 101-132.

BREWER, Garry D.; DELEON, Peter. The foundations of policy analysis. Brooks/Cole Pub. Co., 1983, p. 476.

CORAGGIO, J.L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, L. De, WARDE, M.J., HADDAD, S. (org.) *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, p.75-123, 1996.

DOURADO, L. F. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, Out 2007.

DYE, Thomas R. Understanding Public Policy. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1972.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação Política e Avaliação de Políticas: Um Quadro de Referência Teórica, In: *Textos IDESP*, no. 15, 1986, mimeo.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes a prática da análise de políticas públicas. In: *Planejamento e Políticas Públicas*, IPEA, nº 21, Junho de 2000.

HOLANDA, Antonio Nilson Craveiro. Avaliação de Políticas Públicas: conceitos básicos, o caso do Proinfo e a experiência brasileira. *VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Panamá, 28-31 Oct. 2003.

HOWLETT, Michael. Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora / Michael Howlett; M. Ramesh; Anthony Perl; tradução técnica Francisco G. Heidemann. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

JUNIOR, Ronaldo Laurentino de Sales; MELO, Clóvis Alberto Vieira. Políticas Públicas e o uso de indicadores no processo de agenda setting. *Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB): avaliação da educação, organização escolar e trabalho docente em escolas municipais*. Org: Andréia Ferreira da Silva; Melânia Mendonça Rodrigues. – Campina Grande: EDUFCEG, 2013.

KINGDON, Jhon. Agendas, alternatives, and public policies. 3. ed. Nova York, Harper Collin, (2003 [1998]).

LAUGLO, J. Crítica às prioridades e estratégias do Banco Mundial para a educação. *Cadernos de Pesquisa*, n.100, p.11-36, mar. 1997.

- LASSWELL, Harold D. The policy orientation. In: LERNER, D.; Lasswell, H. D. *The Policy Sciences: Recent Development in Scope and Method*, Stanford: Stanford University Press, 1936.
- LINGARD, B.; OZGA J. *The RoutledgeFalmer Reader in Education Policy and Politics*. Abingdon: Routledge, 2007.
- LOWI, Theodore. O Estado e a ciência política ou como nos convencemos naquilo que estudamos. *BIB*, 38, 1994.
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: um contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.
- NAIDER FILHO, E. A Reforma do Estado e da Educação da Década de 1990: a refuncionalização da escola via implantação da eficiência mercadológica. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 113-120, 2008.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Reforma do Estado e administração pública gerencial. (Orgs.) Luiz Carlos Bresser Pereira e Peter Kevin Spink; tradução Carolina Andrade, 4 ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- PEREZ, José Roberto Rus. Por que Pesquisar Implementação de Políticas Educacionais Atualmente? *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1179-1193, out.-dez. 2010.
- RODRIGUES, Lea C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas sociais. *Aval: revista avaliação de políticas públicas*, Fortaleza, v. 1, n. 1, jan./ jun. 2008.
- SCHIEFELBEIN, E.; WOLFF, L.; SCHIEFELBEIN, P. Cost-Effectiveness of Education Policies in Latin America: A Survey of Expert Opinion. *Washington: Publications, Education Unit - Inter-American Development Bank*, 1998.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p.20-45.
- SOUZA, Lanara Guimarães de. Avaliação de Políticas Públicas Educacionais: concepções e práticas avaliativas dos organismos internacionais no Brasil. 23. ed. Salvador, 2013.190 p.
- _____. Avaliação de políticas educacionais: contexto e conceitos em busca da avaliação pública. In: *Avaliação educacional: desatando e reatando nós*. Salvador: EDUFBA, 2009. 349 p. ISBN 978-85-232-0654-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- TORRES, R.M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial” TOMMASI, L. De, WARDE, M.J., HADDAD, S. (org.) *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996.
- VIEIRA, Sofia Lerche; PARO, V.H.; DOURADO, L.F. Políticas Internacionais e Educação - Cooperação ou Intervenção?. *Políticas Públicas & Educação Básica*, São Paulo, Xamã, 2001.